

A questão ética na atuação do profissional bibliotecário

Michel Maya Aranalde

RESUMO

O desenvolvimento e a disseminação de novas tecnologias relacionadas à informação causaram imensas transformações sociais, originando o ambiente denominado sociedade de informação. Desse contexto extraem-se elementos que possibilitam uma reflexão ética sobre a exigência de novos modelos mentais e, conseqüentemente, novas práticas. Esses elementos são os imperativos de rapidez e flexibilidade que modificam a maneira como as pessoas vivem. A abordagem busca indicar que as exigências por rapidez e flexibilidade comprometem uma ética tomada sob a perspectiva de formação do caráter e identifica que uma grande influência das novas configurações sociais e dos imperativos analisados recai sob a esfera do trabalho. Nesta esfera, uma das áreas mais afetadas está relacionada à informação, ambiente em que os profissionais bibliotecários atuam. Dessa forma, questionam-se alguns pressupostos da sociedade de informação, tendo em vista o saber-fazer e o porquê fazer do profissional bibliotecário, avaliando sob que aspectos sua atuação está embasada eticamente e o que significa uma ética num contexto de instabilidade em que a dissolução dos valores e a flexibilidade do saber são os padrões fundamentais. As reflexões convergem para o confronto entre a definição de ética como formação do caráter e o Código de Ética Profissional do Bibliotecário, concluindo que, no caso de analisar atitudes não condizentes com a dignidade da profissão, seria mais adequado uma Comissão de Ética constituída para avaliar ações que aparentemente não se enquadrem num Código de Conduta Profissional do que um Código de Ética com prescrições para fixar normas de conduta.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade de informação. Ética. Profissional bibliotecário.

*Uma identidade é o ponto de encontro
entre quem uma pessoa quer ser e o que o mundo
permite que ela seja.*

*Nem as circunstâncias apenas,
nem somente o desejo poderiam constituir
o lugar de alguém, num cenário formado
por intersecções de circunstâncias e desejos.*

Richard Sennet

1 Preâmbulo

Na reconfiguração estrutural, resultante do desenvolvimento de novas tecnologias de informação e da disseminação de uma cultura digital, emerge a concepção de uma sociedade de informação. Avaliar-se-á de que maneira essa reconfiguração estrutural cria pressupostos que exigem novos modelos mentais que moldam as práticas humanas. Novos modelos e novas práticas trazem à tona uma nova concepção de ser humano e de ambiente social. Sendo assim, faz-se necessário estabelecer as relações entre as novas tecnologias, a sociedade e as práticas humanas, buscando extrair algumas conseqüências dessas relações.

Do contexto que caracteriza a sociedade de informação busca-se investigar que implicações éticas podem ser extraídas de uma cultura embasada na busca pela rapidez e pela flexibilidade. Com isso, pretende-se efetuar uma reflexão sobre as exigências de novas práticas num ambiente de reconfiguração social. Como a ética está diretamente relacionada com uma atuação no mundo, é relevante avaliar o tipo de sociedade e a concepção de ser humano que emergem do impacto das inovações tecnológicas.

A reflexão proposta visa questionar alguns pressupostos do novo contexto social, tendo o foco voltado sobre a atuação dos gestores da informação, especialmente do profissional bibliotecário, analisando o impacto das novas tecnologias sobre a atuação desse profissional. Na seqüência serão tecidas breves considerações sobre o Código de Ética Profissional do Bibliotecário, que

visa fixar normas de conduta éticas. Para isso será efetuada uma investigação conceitual com o intuito de esclarecer o significado de uma adesão ética e das prescrições que constituem um código, estabelecendo relações entre os conceitos e verificando o que se segue ou não delas.

2 Novas tecnologias e reconfiguração Social

Desde as últimas décadas do século passado, o desenvolvimento e a implantação de inovações tecnológicas estão afetando profundamente a forma como as pessoas vivem. Essas inovações referem-se, principalmente, às tecnologias relacionadas à computação, tendo como principais características o aumento nas capacidades de geração, processamento e transmissão de informações em linguagem digital. O impacto dessas transformações tornou corrente o uso do termo “Sociedade de Informação” para designar a emergência de uma nova estrutura social.

O que recai sobre o termo é, segundo documento do governo brasileiro, “[...] um novo ambiente global baseado em comunicação e informação cujas regras e modos de operação estão sendo construídos em todo o mundo [...]” (BRASIL, 1998, p. 11). Assim, essa designação não se refere a um ambiente estático e determinado, pois as tentativas de adequação ainda estão sendo efetivadas. O uso do termo remete, então, às conseqüências sociais do desenvolvimento de tecnologias revolucionárias que ainda não são plenamente mensuráveis, pois as transformações ainda estão ocorrendo.

Segundo Castells (1999), a base material da sociedade de informação constitui-se a partir da penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias que molda, embora não determine, os processos existenciais e de um sistema altamente integrado, baseado na rapidez e na flexibilidade. A nova estrutura social é fortemente marcada pela presença e funcionamento de um sistema de redes interligadas e está relacionada a um novo modelo de desenvolvimento surgido de uma reestruturação do sistema capitalista denominado

“informacionalismo”, o qual se caracteriza pelo compartilhamento de informações processadas através da linguagem digital.

O informacionalismo é um sistema que enfatiza o desenvolvimento tecnológico e gera níveis cada vez mais complexos de processamento e transmissão de informações. Esse sistema revela-se como “a cultura da ‘destruição criativa’” (CASTELLS, 1999, p. 217), onde o novo é instável e está na iminência de ser superado pelo novíssimo, sempre em contínua elaboração e surgido pelos fundamentos dessa cultura: rapidez e flexibilidade.

O filósofo francês Pierre Lévy (1993) também identifica a rapidez e a flexibilidade como elementos essenciais da nova reconfiguração social. Entretanto, considera que o eixo principal das profundas transformações sociais está relacionado fundamentalmente a mudanças nas formas de linguagem. A linguagem, que é condição e fundamento das informações, é produzida pela cultura e suas formas recaem sobre três categorias denominadas “tecnologias intelectuais” (p. 75): a oralidade, a escrita e a informática.

A categoria informática propicia o surgimento de novos sistemas de conhecimento vinculados a ela. O estabelecimento desses novos sistemas numa cultura acaba alterando a estrutura social, pois o modelo tradicional de sociedade calcado fortemente na cultura escrita, vai cedendo cada vez mais espaços para uma cultura digital. Com isso, temos uma reconfiguração estrutural da sociedade relacionados às mudanças na cultura e nas suas formas de linguagem.

A informática, identificada com a cultura dominante da sociedade de informação, permite que as informações sejam codificadas, alocadas virtualmente, circulem numa estrutura de rede e tenham sua disseminação e recuperação de forma imediata. Assim, as noções de espacialidade e de temporalidade assumem novos contornos, possibilitando novas formas de acesso ao conhecimento. Entretanto, o que realmente muda é o ritmo das alterações na estrutura social e essas alterações acabam influenciando nos modos de vida.

Documento oficial do governo brasileiro reconhece que a revolução da informação provocou transformações profundas na estrutura social e na própria concepção de ser humano, pois “em contraposição a revoluções tecnológicas anteriores, que tinham por base energia e matéria, esta mudança fundamental envolve nossa compreensão do tempo, espaço e conhecimento” (BRASIL, 1998, p. 28). O texto afirma também que “[...] as realidades de tempo, espaço e fronteiras políticas foram minimizadas, e tanto nações quanto organizações e indivíduos buscam ainda seu referencial e novo centro de equilíbrio e orientação” (p. 77). Dado esse contexto, identificam-se elementos suficientes para avaliar implicações éticas decorrentes da nova reconfiguração social. A abordagem levará em conta principalmente os pilares da sociedade de informação: a rapidez e a flexibilidade.

2.1 Rapidez, flexibilidade e suas implicações éticas

Em termos de informação e dispositivos computacionais, a rapidez se manifesta tanto na produção, disponibilização e recuperação de informações compartilhadas em rede quanto na velocidade de processamento e no fluxo intermitente com que essas informações circulam. Já a flexibilidade se revela como a capacidade de associação em diversas subredes que formam a rede mundial de computadores.

Com a velocidade crescente dos processos de digitalização na sociedade contemporânea, estamos cada vez mais inseridos num “mundo digital”. A questão é saber o que significa a instauração de uma “vida digital”, ou seja, uma forma de vida moldada pelas novas tecnologias. Por uma “vida digital” entenda-se o resultado de uma cultura que privilegia o virtual e segue os princípios derivados da rapidez e da flexibilidade. O ponto é que uma cultura digital “[...] é uma cultura do efêmero, uma cultura de cada decisão estratégica, uma colcha de retalhos de experiências e interesses, em vez de uma carta de direitos e obrigações” (CASTELLS, 1999, p. 217).

A cultura digital cria imperativos de adaptabilidade e de capacidade de transformação e enfatiza um começar de novo a cada instante. Tal cultura tem como consequência a característica mais marcante da sociedade de informação, a saber, a ausência de comprometimento a longo prazo. Assim, temos que a rapidez e a flexibilidade acabam ultrapassando os limites de sua aplicação ao campo da tecnologia, sendo inseridas como imperativos de ação. Desse modo, mesmo no âmbito das relações humanas, a flexibilidade é a nova ordem frente à rapidez com que as mudanças se processam. Entretanto, isso é um caminho de duas vias, pois a exigência por flexibilidade acaba acelerando os processos de mudança.

Nesse ambiente de mudança desenfreada, surgem discursos que visam o estabelecimento de uma cultura de reprogramação rápida. Conforme expõe Mattelart (2002, p. 172-4):

Os discursos que acompanham a sociedade de informação erigiram em lei o princípio da *tabula rasa*. Não há nada que não seja obsoleto. O determinismo tecnocomercial gera uma modernidade amnésica que dispensa o projeto social [...] o mundo é distribuído entre lentos e rápidos. A rapidez se torna argumento de autoridade que funda um mundo sem lei, onde a coisa política está abolida.

Ora, um mundo sem lei gera uma forma de cultura que dissolve a importância de uma formação do caráter, pois o que ela exige são identidades flexíveis e adaptáveis, além de uma grande tolerância à fragmentação. Soma-se a isso a exigência de uma capacidade de desprender-se do próprio passado. Uma cultura que incentiva o desprendimento do passado e realça um futuro imprevisível, acaba apostando em seres humanos que vêem a si mesmos como “metamorfoses ambulantes”. A questão é que num contexto em que a permanência e a estabilidade deixam de fazer sentido, a apreensão e a ansiedade em relação ao próprio ser e sua atuação no mundo podem acabar causando incertezas.

Num ambiente social de ansiedade e incerteza, as pessoas tendem a desenvolver mecanismos de defesa e proteção que podem acabar levando à adoção de máximas para ação que desconsiderem qualquer outra coisa que não o

próprio indivíduo e a realização de seus desejos imediatos. Entretanto, mesmo essa pretensa auto-suficiência em relação à complexidade que constitui o novo ambiente da sociedade de informação pode estar em xeque. A apreensão em relação à incerteza dilui a auto-estima, causando insegurança. Temos, assim, um ambiente propício para a desagregação e discórdia, onde o “‘não há longo prazo’ é um princípio que corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo” (SENNET, 2001, p. 24).

Da perspectiva de uma vida coletiva, assiste-se a um processo de exclusão social, de dissolução da solidariedade, de concentração de riquezas nas mãos de poucos, de desemprego e precariedade nas relações de trabalho. Isso traz a suspeita tanto de que a exigência de rapidez seja um imperativo que vise encobrir uma percepção da real condição humana na nova configuração social, e dilua uma conseqüente reflexão sobre ela, quanto de que a indicação de flexibilização proposta pela sociedade de informação esteja sendo aplicada às responsabilidades sociais, aos direitos e deveres do cidadão e às próprias relações de trabalho.

Entre as conseqüências que recaem sobre o trabalho, Lévy (2000, p. 25-6) indica que:

Os conhecimentos se tornam obsoletos cada vez mais rapidamente. O saber-estoque é substituído por um saber-fluxo em aceleração constante, que os sistemas tradicionais de ensino não sabem mais transmitir. Os ofícios se transformaram tão rapidamente que a noção de carreira ou de escolha de uma profissão perdem sua pertinência, em proveito de uma espécie de surfe sobre um mercado de competência, definitivamente movediço [...] todas as fontes do sentido e da identidade são e serão cada vez mais, no futuro, carregadas em um processo de mutação do qual ninguém conhece o sentido e a finalidade global.

Diante desse quadro, como ficariam as relações de trabalho? Como buscar uma estabilidade proporcionada pelo saber-fazer num mundo em que o saber é provisório e o fazer é indeterminado? Como interagir com o fluxo de informações sem ser tragado por ele? Qualquer relação profissional está fun-

damentada num conjunto de crenças e práticas compartilhadas. Entretanto, a rapidez e a flexibilidade parecem exigir uma fragmentação de crenças e práticas que descaracterizam o processo de trabalho de sua função social.

O processo de trabalho sustenta a estrutura social existente, e as transformações nas formas do trabalho afetaram a sociedade como um todo. Em anos recentes, os investimentos em tecnologia de informação voltaram-se principalmente para a automação de tarefas que eram feitas de maneira pouco eficiente. Isso trouxe reflexos para toda a sociedade que, de uma maneira ou outra, buscou adaptar-se a uma nova realidade.

Nessas tentativas de readaptação, a sociedade de informação gerou uma estrutura social voltada muito mais para serviços que para produtos. Com isso, temos a emergência de profissões administrativas e especializadas e um crescente fluxo de informações no ambiente de trabalho. Segundo Castells (1999), a fonte da produtividade e do crescimento na sociedade de informação residiria na geração de conhecimentos relacionados ao processamento de informação. Com isso, a importância das profissões seria medida pelo conteúdo das informações e conhecimentos envolvidos em suas atividades. Assim, a gestão da informação constituiria o cerne da nova estrutura social.

As transformações ocorridas nos processos de trabalho estão indissociavelmente relacionadas à apropriação e à aplicação de novas tecnologias. Entretanto, essas transformações não eliminaram os serviços, tornando tudo uma gigantesca engrenagem que desconsidera o fator humano. O que tende a desaparecer são as “[...] tarefas rotineiras e repetitivas que podem ser pré-codificadas e programadas para que máquinas as executem” (CASTELLS, 1999, p. 264). O que tende a surgir são novas profissões e novas práticas para antigas profissões, pois a utilização dos recursos computacionais acaba transformando as práticas, requerendo profissionais capazes de operar tecnologias avançadas e gerir as informações de maneira adequada à nova reconfiguração social. Entretanto, com a ênfase numa for-

mação profissional em um ambiente de rápidas e inevitáveis mudanças, a formação humana fica comprometida em meio à instabilidade e incerteza geradas pelos novos modos de vida.

Sennet (2001) acredita que o ambiente de mudança desenfreada, onde se estabelecem novas formas de trabalho, compromete a formação do caráter exatamente por ser baseado na rapidez e na flexibilidade. Seu argumento é que se cada um deve se reinventar a cada instante, então, a formação do caráter está em risco, pois ela pressupõe, necessariamente, um mínimo de estabilidade. A ênfase na flexibilidade assume aqui o sentido restrito de “correr riscos” e estar preparado para isso através de uma cultura de readaptação contínua. Por caráter entenda-se “o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e as nossas relações com os outros” (p. 10).

A formação do caráter exige uma necessidade de resistência às sucessivas mutações. O caráter de uma pessoa depende de suas ligações com o mundo e com a noção compartilhada de ser necessário aos outros. O caráter mede-se por traços pessoais aos quais damos valor em nós mesmos e através dos quais buscamos que os outros nos valorizem. Assim, revela-se como algo que tem valor duradouro, como, por exemplo, confiança, responsabilidade mútua e compromisso. Sua formação se processa por uma espécie de educação sentimental. A solidariedade, por exemplo, é considerada um sentimento ético que se revela quando se compreende os sofrimentos e tensões dos outros, ou seja, é o que o senso comum chama de “colocar-se no lugar do outro”.

A questão é que dificilmente os pressupostos que caracterizam o novo modelo de sociedade propiciam um progresso ético, pois a idéia de um sucessivo recomeço implode a noção de finalidade das ações com vistas a objetivos duradouros, tornando as ações descartáveis após sua execução. Se as ações são descartáveis, então os fins que as movem também o são. Portanto, a própria formação humana com vistas a objetivos duradouros também se torna descartável.

É em relação aos fins que as ações são avaliadas em termos de responsabilidade. Dessa forma, o “recomeçar” como imperativo para ação, corrói o senso de caráter, esvaziando o conteúdo ético da responsabilidade. Como expõe Sennet (2001, p. 175), “a falta de responsabilidade é uma reação lógica ao sentimento de que não somos necessários”. Assim, a questão coloca-se como “Quem precisa de mim?”. Se não houver eco a esta pergunta, então como seria possível falar de ética? Como seria possível assumir responsabilidades sociais? Estas questões serão devidamente abordadas na seqüência deste trabalho.

3 Reflexões sobre a ética

Para efetivar a reflexão proposta, faz-se necessária uma definição de ética. Apesar de existirem diversas concepções e interpretações, em seu sentido mais amplo, a ética pode ser entendida como uma avaliação crítica da conduta humana perante si mesmo e seus semelhantes. As perguntas fundamentais que uma abordagem ética deve contemplar são “Como devemos viver?”, “O que se deve fazer para viver bem?”, mas principalmente, “Por que fazer tal coisa e não aquela outra?”. Assim, fundamentalmente, ética é uma questão de atitude que tem em vista um fim e delibera sobre os meios adequados para atingi-lo.

Tugendhat (1996), esclarece que, em grego antigo, idioma do qual a palavra ética é oriunda, ela tinha o sentido de uma doutrina do caráter que formulava reflexões sobre o que os seres humanos, em última instância e totalmente, querem e fazem de suas vidas. Para os gregos, a resposta seria uma vida virtuosa, já que somente ela é capaz de propiciar o bem viver. Portanto, uma vida ética significa dar forma à existência através de um conjunto de ações virtuosas capazes de propiciar o bem viver.

É importante esclarecer o que os gregos e, principalmente Aristóteles, entendiam por bem ou bom. Aristóteles nasceu no primeiro ano da 99ª olimpíada, o que corresponde no calendário gregoriano a 384a.C. Como ressalta

Cauquelin (1995), os antigos gregos mediam o tempo em olimpíadas, sendo que cada uma correspondia a quatro anos, representando o intervalo de tempo que separava dois jogos olímpicos. Oriundo de Estagira, situada na costa oriental da Macedônia, o filósofo efetuou grande parte dos seus estudos em Atenas sob a orientação de Platão.

Em seus escritos sobre ética, Aristóteles (1982) identifica o bem ou bom como aquilo que cumpre com excelência sua função, sua finalidade. Aqui não se coloca, por exemplo, a questão de uma função profissional, mas a função do próprio ser humano e sua realização enquanto tal. Assim, uma ética pergunta sempre pelo ser humano, que é condição necessária, e não pelo profissional, que é uma condição contingente, ou seja, ser humano faz parte da nossa essência, enquanto que a escolha de uma profissão é sempre uma questão acidental pelo fato de que sempre poderia ser diferente.

É bem verdade que uma profissão executada de maneira ótima pode ser considerada como uma excelência técnica, mas os julgamentos e as avaliações éticas recaem sempre sobre a concepção de ser humano que pode ou não estar exercendo uma determinada função técnica. Obviamente, o exercer bem ou mal essa função técnica influi na maneira como esse ser humano se vê eticamente, bem como a maneira como é visto pelos outros. Portanto, a referência ética recai sempre sobre o ser humano no conjunto de suas atividades e práticas.

Outro ponto que merece esclarecimentos é a noção de virtude, *Areté*, em grego. Virtude é uma “[...] propriedade do caráter digna de aprovação (louvável)” (TUGENDHAT, 1996, p. 245). Tendo em vista o precedente esclarecimento da noção de bem, pode-se notar que uma virtude revela uma disposição firme da vontade tendo em vista um bem. É, como já fora ressaltado, uma educação sentimental cujo objetivo é o cultivo de certas qualidades que permitam o viver bem, sendo a virtude, portanto, uma boa qualidade do caráter.

É importante acrescentar que uma ética não diz respeito apenas aos próprios desejos e suas realizações, mas principalmente a esses desejos em con-

fronto com outros desejos num contexto compartilhado. Assim, uma ética das virtudes refere-se ao próprio ser humano que quer viver da melhor maneira possível, mas também a relação frente aos outros seres humanos e seus desejos e objetivos. Dessa forma, “[...] as virtudes são divididas em virtudes que se referem ao bem próprio e em virtudes que se referem ao bem dos outros” (TUGENDHAT, 1996, p. 250).

Como exemplo de virtudes que se referem ao próprio ser, isto é, auto-referidas, temos a prudência, que se revela como o desejo de estar e de permanecer bem ou, pelo menos, de não ficar mal como consequência de ações executadas precipitadamente. Como exemplo de virtudes que se referem ao bem dos outros, ou seja, sociais, temos a justiça, a amabilidade, a cortesia, que se revelam como um querer que os outros estejam bem. Assim, o que importa numa postura ética, como expõe Tugendhat (1996, p. 276), não é:

[...] praticar esta ou aquela ação de dar ou receber com seu fim determinado, mas tal ação com seu fim será realizada em razão de uma determinada atitude para com os outros [...] todas essas virtudes sociais são excelências do comportamento em que nos abrimos ou nos fechamos diante dos outros.

Em suma, as virtudes expressam um desejo de se querer humano, participando da melhor maneira possível das atividades humanas e regulando nossas disposições conforme esses ideais de vida. Dessa perspectiva, ético é aquele que “[...] conduz sua vida de um modo exemplar, assim que desenvolveu qualidades de caráter [...] as quais cada um desejaria para si mesmo” (TUGENDHAT, 1996, p. 254). Quem é virtuoso tem uma atitude constante, torna-se como que uno consigo mesmo, torna-se equilibrado e, assim, pode travar relações dignas com outros seres humanos num contexto social. Porém, esse contexto social e a cultura que o estabelece deve propiciar condições para uma conduta virtuosa.

Lévy (2000) afirma que é preciso um mínimo de estabilidade e de identidade numa cultura. São esses elementos que permitem a seus membros

darem sentido às suas vidas, já que o ser humano vive inserido em sistemas simbólicos que lhe permitem construir tal sentido. Qualquer cultura é formada por um conjunto de sistemas simbólicos. Entre os sistemas simbólicos que permitem aos indivíduos que suas ações e sua própria existência adquiram sentido, temos as relações de trabalho, onde as profissões servem de meio para que os indivíduos se realizem como seres humanos e, conseqüentemente, como seres eminentemente sociais.

3.1 O Saber-Fazer do Profissional Bibliotecário

Os profissionais da informação também têm em sua profissão um meio para a sua realização pessoal ao buscarem uma conduta adequada que propicie o pleno desenvolvimento de suas capacidades no seu ambiente social e no seu local de trabalho. Em suas práticas, buscam unidades de sentido para representar documentos, em qualquer suporte, utilizando técnicas para a descrição do seu conteúdo. Essas unidades de sentido assumem a função de aportes para compreensão e interpretação da realidade e podem ser concebidas, sem maiores controvérsias, como informação. Ensina Mattelart (2002) que informação denota um processo que dá forma ao conhecimento através da estruturação de fragmentos de saber. Assim, informar é estabelecer um estado potencial de conhecimento, gerando condições sob as quais ele possa realmente se efetivar.

Os profissionais que trabalham com registros de informações, conservando-as e disponibilizando-as, são denominados gestores de informação. A gestão se revela como aplicação de técnicas visando ordenar a multiplicidade de suportes e tipos de informação, buscando eficiência e eficácia na sua classificação, organização, conservação e disponibilização. Na categoria dos gestores de informação, reúnem-se os profissionais denominados bibliotecários.

De maneira geral, os profissionais que trabalham com informações foram radicalmente afetados nas suas práticas, pois no ambiente de reconfiguração

social e de implantação de novas tecnologias, em que estão inseridos, surgiram novas formas de identificação, localização e prestação de serviços relacionados à informação. Assim, levando em conta o contexto criado pelo desenvolvimento e utilização de novas tecnologias de informação, torna-se evidente que qualquer avaliação sobre a atuação do profissional bibliotecário deve considerar como um fator preponderante o impacto e influência dessas tecnologias sobre suas práticas efetivas.

As transformações tecnológicas e sociais colocaram o profissional bibliotecário frente a grandes desafios, entre eles o próprio reconhecimento de uma nova reconfiguração social e uma conseqüente apropriação das novas tecnologias aliada a uma capacidade crítica frente tanto à nova estrutura social quanto ao uso dessas tecnologias. Uma postura responsável e crítica é indispensável, pois recursos computacionais são ferramentas e, assim sendo, é o seu uso que possibilitará alcançar resultados desejados. O uso desses recursos está vinculado, na perspectiva desses profissionais, tanto à aquisição de novos conhecimentos quanto à aplicação desses conhecimentos de uma forma socialmente relevante.

Entre esses conhecimentos estão aqueles relacionados ao desenvolvimento e à implementação de *interfaces* amigáveis entre usuários e sistemas digitais. Isso possibilita a recuperação de informações relevantes ao usuário, facilitando o acesso e a disseminação da informação de forma qualitativa, o que pressupõe o domínio de técnicas específicas. Entretanto, não basta dominar as técnicas: é preciso “tornar-se necessário”, saber que “alguém precisa de mim” e dar uma resposta adequada a essas expectativas, percebendo o surgimento de novas necessidades e desenvolvendo formas de supri-las.

Atento ao surgimento de novas necessidades, o profissional bibliotecário deve utilizar adequadamente os recursos disponíveis e buscar conhecer as tecnologias emergentes, pois “as mudanças ocorrem com velocidade, exigindo mudança de paradigma em relação aos modelos de gestão, de tratamento

e de disseminação da informação” (VALENTIM, 2004a, p. 7). É bem sabido que, muitas vezes, os modelos de gestão adotados pelos profissionais e pelas organizações nas quais eles atuam não respondem adequadamente às expectativas geradas por rápidas e inevitáveis mudanças. Para dar conta dessa realidade é preciso o desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem que permita uma perspectiva panorâmica por parte do gestor de informações, tornando possível perceber o momento adequado para uma mudança de paradigma. Um paradigma, nos termos em que o filósofo da ciência Thomas Kuhn (1982) o conceitua, significa um modelo de pensamento que orienta as ações de uma comunidade, buscando esquemas para compreensão da realidade.

Muitas vezes, esses esquemas geram variáveis incontroláveis que impossibilitam a compreensão e a explicação da realidade. Assim, quando o modelo antigo mostra-se incapaz de cumprir sua função, faz-se necessária uma mudança de paradigma, ou seja, o estabelecimento de um novo modelo capaz de dar conta da complexidade dos problemas apresentados no confronto entre teorias e os resultados das práticas efetivas. Isso torna claro que é preciso não se acomodar com um corpo de conhecimentos e técnicas que já não podem mais ser reconhecidos como eficientes, pois a eficiência depende da percepção de como a realidade se apresenta, que mudanças ela traz em si e que necessidades novas ela gera.

No que diz respeito ao corpo de conhecimentos adotado pelos bibliotecários, a lição é não tentar adequar a realidade a uma teoria: isso pode ter conseqüências desastrosas. O importante é que a teoria dê conta da realidade, explicando-a e suprindo as necessidades geradas com competência e habilidade. Entretanto, com os imperativos de rapidez e de flexibilidade corre-se o risco de ser seduzido por uma cultura do esquecimento, onde o novo deve, necessariamente, substituir o antigo. Assim, muitos conhecimentos básicos e relevantes tendem a dar lugar a concepções diluídas e superficiais que podem acabar comprometendo a adoção de uma postura ética.

Cumpra ao profissional bibliotecário atentar às diferentes circunstâncias que influenciam seu campo de atuação. Somente dessa forma estes profissionais poderão estabelecer uma cultura de aprendizagem que permita exercitar o seu saber-fazer da melhor maneira possível dominando um conjunto de técnicas que caracterizam a sua profissão.

Dominar uma técnica é pré-requisito para exercer uma profissão, mas, de uma perspectiva ética, é preciso sempre ter em mente o porquê fazer, pois “[...] a técnica nos possibilita o ‘saber como’ e não o ‘saber por quê’. Ela nos ensina como fazer certas coisas, mas não por que se deve fazê-las” (DUPAS, 2001, p. 71). Assim, é preciso dominar uma técnica para exercer bem uma profissão, mas uma perspectiva ética remete seu olhar para uma formação integral como ser humano. Portanto, o domínio de técnicas específicas de uma profissão e o estabelecimento de uma cultura de aprendizagem revelam-se apenas como meios para a plena realização como ser humano.

Dessa perspectiva, as exigências por rapidez e flexibilidade, que estão por trás do estabelecimento de uma cultura de aprendizagem nos moldes da sociedade de informação, não podem ser ignoradas, mas também não podem ser colocadas como fins em si mesmas. O imperativo de rapidez exige a implementação do novo conjugada ao esquecimento do antigo e prescinde da memória e do reconhecimento de contribuições relevantes, pois tudo é datado e a grande sedução é a de inventar o novo como necessário por si. Ora, a questão é saber o que está por trás da ânsia de buscar a novidade desesperadamente, já que o novo sempre vem, se apresenta e se coloca espontaneamente, como resposta a uma situação insustentável.

Sobre a flexibilidade, cumpre enfatizar que os objetivos de uma profissão inserida no contexto de uma vida digna trazem implícitos conceitos e princípios que não podem ser flexibilizados sob o risco de esvaziamento de sentido. Os conceitos de responsabilidade social e de bem estar coletivo são exemplos disso. O princípio da dignidade humana que expressa considerar os seres

humanos nunca como meios, mas sempre como fins em si mesmos é outro exemplo da impossibilidade de flexibilização.

Buscando contribuir para o bem estar coletivo e por uma vida mais digna, o profissional bibliotecário trabalha basicamente com informações técnicas úteis para suas práticas e para tomadas de decisões como determinantes da ação com vistas a um fim. Nessa ação está compreendida a qualidade do trabalho que busca a possível perfeição e o respeito às necessidades dos outros e dos serviços que presta, tendo em vista uma melhoria na qualidade de vida. Em relação ao fim, qual seria ele se não exatamente realizar plenamente as suas capacidades como ser humano e dar possibilidades para que outros também as realizem? Através dessa realização atinge-se uma melhora significativa na forma como se vive.

É preciso reconhecer que para haver mudança qualitativa na forma como as pessoas vivem é importante superar o comodismo, ou seja, é necessária uma avaliação de como a realidade se apresenta em toda sua complexidade e de como essa realidade poderia ser melhorada. Dessa forma, toda postura ética requer avaliação crítica de uma dada situação tomada como insatisfatória e escolha dos melhores meios para modificá-la efetivamente.

Uma postura ética se faz necessária quando interagimos com outros seres humanos na complexa teia de relações sociais na qual estamos inseridos. Isso significa que, estando em relações com outros seres humanos, as crenças e os valores fundamentais de uma ética direcionam-se na busca de uma vida mais digna. O valor primordial que norteia uma postura ética está centrado na idéia de responsabilidade social. A responsabilidade social está intrinsecamente relacionada com a formação do caráter, que possibilita que a idéia de bem estar coletivo e sua efetiva realização torne-se objetivo das ações.

O profissional bibliotecário cumpre um papel social inserido em instituições diversas e numa contínua interação com usuários em busca de informações relevantes. Dessa forma, sua responsabilidade social se traduz principal-

mente como o dever de gerir informações da melhor maneira possível, oferecendo-as aos usuários com o máximo de qualidade. A postura ética requerida de um profissional da informação, como no caso de um bibliotecário, inclui a busca pelas melhores alternativas para organização, recuperação e disseminação das informações, tendo em vista as necessidades dos usuários com os quais interage e das instituições em que está inserido.

Segundo Guimarães (2000, p. 65):

Com as rápidas transformações do mundo globalizado, necessário se torna ao profissional assumir uma postura pró-ativa, encarando a ética sob o ponto de vista de um conjunto de compromissos a serem assumidos, compromissos esses que propiciarão a constante construção e aperfeiçoamento da profissão pela sua própria coletividade [...] poder-se-ia dizer que a questão ética da atuação e da formação do profissional da informação se dá por meio de compromissos com cinco instâncias ou entidades distintas: o usuário, a organização, a informação, a profissão e o eu mesmo.

O “usuário” é o objetivo do próprio sistema: é ele quem usufrui da informação em busca da geração de novos conhecimentos, enquanto que o profissional da informação a gere. A “organização” é a instituição em que o profissional atua e que oferece um contexto específico para essa atuação. A “informação” envolve o compromisso de conhecer suas fontes de acesso e recuperação. A “profissão” revela-se como uma dimensão coletiva de objetivos comuns validados por práticas coerentes. Por sua vez, o “eu mesmo” caracteriza o compromisso perante si de buscar um crescimento como ser humano. É o que, na definição de ética, foi identificado como o desenvolvimento de “virtudes auto-referidas”.

As cinco instâncias determinam a atuação do profissional bibliotecário. Mas, no contexto da sociedade de informação, assiste-se, usando uma expressão de Lévy (2000), à “desterritorialização” da biblioteca. As teorias e práticas relacionadas à informação já não se vinculam apenas a um ambiente físico determinado. O componente espacial não é mais determinante, pois algumas informações prescindem de suportes fixos a serem armazenados no espaço

físico específico de um acervo. Algumas informações assumem a forma de fluxo, do qual cada um se apropria e com o qual interage.

O surgimento de novos sistemas de conhecimento vinculados à linguagem digital abre novas perspectivas e cumpre a tarefa de legitimar este tipo de informação em rede, garantindo e fornecendo critérios para verificar sua confiabilidade. Ora, se as informações estão em fluxo e permitem a apropriação e a interação, então o grande problema diz respeito às questões que envolvem autenticidade e veracidade. Isso ocorre justamente porque as características do ambiente digital são a mobilidade, a interação e a facilidade de manipulação. Dessa forma, é preciso desenvolver técnicas que garantam a confiabilidade das informações, já que elas podem ser alteradas, modificadas e, em geral não disponibilizam suas fontes ou mesmo sua autoria.

Caberia então ao bibliotecário a função social de orientar a organização e alocação dessas informações de maneira adequada. Para isso, é preciso conhecer seu fluxo, estabelecer critérios de verificação de qualidade e, principalmente, lutar pelo acesso da coletividade a essa nova forma de conhecimento. É bem sabido que a grande maioria da população está excluída dos processos digitais e do acesso à Rede Mundial de Computadores. Portanto, é preciso tanto desenvolver e aprimorar técnicas de avaliação, organização e classificação, quanto desenvolver políticas e ações afirmativas que permitam disponibilizar, de forma consciente, o acesso da coletividade às novas formas de conhecimento.

Na Internet, a todo instante, circula e é gerada uma incalculável quantidade de informações. Para qualificar essa quantidade faz-se necessário dominar o conjunto de ferramentas de comunicação disponíveis na rede mundial. Assim, além de aprender a utilizar tecnologias computacionais, o profissional bibliotecário deve adquirir competências para avaliação dos métodos e dos processos emergentes da crescente informatização da sociedade.

Diante da imensa quantidade de informações geradas, processadas e trans-

mitidas, surge a necessidade de um profissional que assuma a responsabilidade de avaliar se os meios de acesso e se os métodos e processos existentes são satisfatórios. Sua perspectiva deve ter em vista a qualidade da informação e da pesquisa, pois a nova reconfiguração social exige profissionais críticos e responsáveis socialmente. Entretanto, exige principalmente seres humanos responsáveis pela sua formação integral e pelo estabelecimento de relações dignas com os outros, em outras palavras, éticos. Isso traz implícita a condição de assumir uma postura atenta tanto frente aos imperativos para ação, que a nova reconfiguração social propõe, quanto às necessidades surgidas pela disseminação das novas tecnologias.

3.2 Comentários sobre o Código de Ética do Profissional Bibliotecário

Os profissionais bibliotecários estão submetidos a um Código de Ética que, segundo seu artigo 1º, “[...] tem por objetivo fixar normas de conduta para as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades profissionais em Biblioteconomia” (CUARTAS; PESSOA; COSTA, 2003, p. 203). Este código refere-se à resolução nº 42 do Conselho Federal de Biblioteconomia e foi publicado no Diário Oficial da União em sete de janeiro de dois mil e dois. Compõe-se de oito seções e vinte artigos que abrangem desde normas de conduta prescritivas, passando pelas sanções concernentes à desobediência dessas prescrições, até orientações quanto à remuneração e disposições gerais sobre o próprio código.

Segundo Cuartas, Pessoa e Costa (2003), este código representa a quarta versão do código original que data da década de sessenta do século passado. Sua reelaboração pautou-se na necessidade de modernização, pois “[...] era urgente criar-se mecanismos para atender os avanços do mercado frente aos avanços tecnológicos [...]” (p. 198). Assim, o impacto das novas tecnologias influenciou, inclusive, a reelaboração do código que prescreve as regras de conduta adequadas ao exercício da profissão de bibliotecário.

Como foi exposto no decorrer deste texto, o impacto das novas tecnologias provocou uma reconfiguração social que acabou se refletindo na maioria das profissões, mas principalmente no que diz respeito à atuação dos profissionais que trabalham com informações. Temos em vista, aqui, o termo “profissão” tal como utilizado por Cunha e Crivellari (2004), em que tal termo faz referência a um conjunto de atividades especializadas que incluem uma “[...] dimensão cognitiva, ligada a saberes específicos apenas acessíveis ao grupo profissional que os detém” (p. 39).

Ora, o desenvolvimento de novas tecnologias ligadas à informação alterou essa dimensão cognitiva, estabelecida a partir de modelos mentais, exigindo novas práticas que se adequem às necessidades surgidas das transformações sociais decorrentes do impacto dessas tecnologias. O profissional bibliotecário trabalhava, principalmente, disponibilizando informações relevantes aos usuários e alocadas em suportes fixos. Com as alterações na estruturas sociais e nas relações de trabalho, esse profissional precisou adaptar-se aos novos tempos, reciclando seus conhecimentos e adotando novas práticas.

A adoção de novas práticas está indissociavelmente relacionada a uma avaliação ética. Como expressa Valentim (2004b, p. 69): “a ‘sociedade de informação’ precisa de profissionais de informação com uma conduta ética, pois os valores éticos que norteiam os saberes e os fazeres profissionais da área farão a diferença”. Como foi exposto no decorrer deste texto, a sociedade de informação agregou elementos novos que influenciam de maneira decisiva as formas de pensar e de atuar desse profissional. Com essas mudanças, tornou-se imprescindível uma nova versão do código que prescrevesse regras de conduta concernentes ao exercício da profissão.

Em linhas gerais, o código abrange adequadamente o exercício das funções de bibliotecário pautadas na responsabilidade, no respeito e na dignidade. É um código profissional, por que “[...] os códigos sempre são definidos, revistos e promulgados a partir da realidade social de cada época e de cada

país [...]” (CUARTAS; PESSOA; COSTA, 2003, p.196). Ora, com a reconfiguração social provocada pelo impacto das novas tecnologias, a reelaboração de um código profissional é adequada, pois qualquer profissão constitui-se a partir de uma necessidade social por determinados serviços. Dessa forma, qualquer mudança social acaba refletindo nos serviços e nas formas como são prestados.

Por outro lado, trata-se também de um código de conduta, cujas prescrições “[...] não tornam melhores os profissionais, mas representam uma luz e uma pista para seu comportamento” (CUARTAS; PESSOA; COSTA, 2003, p. 196). Assim, procura “normalizar” a conduta dos profissionais bibliotecários. Uma boa definição de um código de conduta é oferecida por Sá (1998, p. 110):

As peculiaridades de um código de conduta profissional dependem de diversos fatores, todos ligados à forma como a profissão se desempenha, ao nível de conhecimento que exige, ao ambiente em que é executado, etc. [...] [porém] o princípio será sempre o de estabelecer qual a forma de um profissional se conduzir no exercício profissional, de maneira a não prejudicar terceiros e a garantir uma qualidade eficaz de trabalho.

É bem verdade que este autor considera um código de conduta como equivalente a um código de ética, não distinguindo entre os dois âmbitos. A linha de raciocínio exposta na seqüência pretende aceitar sua formulação como adequada apenas no se refere a um código de conduta profissional. A questão que se coloca é a seguinte: trata-se, sem dúvida, de um código profissional. Também caracteriza-se essencialmente como um código de conduta. Entretanto, pode colocar-se legitimamente como um código de ética?

Tendo em vista a definição de ética expressa neste artigo, torna-se plausível o argumento de que, mesmo sendo um código elaborado com coerência e boas intenções, ele sempre será um código de conduta. É um código de conduta que prescreve como agir, sujeitando os infratores a penalidades previstas em lei no caso de transgressão às prescrições estabelecidas. Dessa forma, a denominação ‘Código de Ética’ não parece adequada, pois a ética pressupõe

elementos que uma codificação não pode comportar, conforme se apresentará na seqüência.

Um primeiro esclarecimento deve levar em conta que os termos “ética” e “moral” muitas vezes são tomados como sinônimos e, na verdade, ambos têm a mesma origem: “ética” deriva do grego *ethos*, “moral” do latim *mos* e referem-se aos costumes. Entretanto, a palavra “moral” tomou um sentido que a afasta do primitivo significado dado à ética. Dupas (2001, p. 76) esclarece esse ponto afirmando que:

[...] ambas estão ligadas à idéia de modos de agir determinados pelo uso. Mas a ética se esforça por *desconstruir* as regras de conduta que formam a moral, os juízos de bem e de mal que se reúnem no seio dessa última. O que designa a ética seria uma ‘metamoral’ e não um conjunto de regras próprias de uma cultura. Ela se esforça em descer até os fundamentos ocultos da obrigação; pretende-se enunciativa de princípios ou fundamentos últimos. Por sua dimensão mais teórica, por sua vontade de remeter à fonte, a ética mantém uma espécie de primazia em relação à moral.

Com o passar do tempo, a palavra moral assumiu o sentido de agir segundo os padrões de comportamento de uma determinada sociedade. A questão é que uma ética, no sentido originário da palavra, transcende a questão espaço-temporal, pois uma sociedade pode adotar padrões de comportamento injustos ou, no mínimo, questionáveis. Uma postura ética não pode se esgotar na cultura de uma determinada sociedade. Embora a ética *sempre* esteja relacionada a uma determinada cultura não pode reduzir-se a ela.

Por definição, uma postura ética perante o mundo pressupõe uma autolegislação que oriente como agir da melhor maneira, segundo uma dada situação num determinado contexto. Assim, a noção de autonomia é fundamental. Mas, além disso, qualquer que seja a concepção de ética que estabeleça reflexões sobre as práticas humanas, noções como liberdade, escolha, atitude e consciência também precisam ser levadas em conta.

Primeiramente, a ética está intrinsecamente relacionada à noção de autonomia, em que o agente decide por si mesmo como agir racionalmente, esta-

belecendo fins e deliberando sobre os melhores meios para atingi-los. Se nesse agir tal agente respeita a si e aos demais seres humanos, então suas atitudes são éticas. Em segundo lugar, é somente com o pressuposto da liberdade que se pode falar de ética, pois a decisão sobre como agir precisa estar em poder do agente. Assim, deve-se poder escolher entre alternativas distintas.

Ora, sendo o agente autônomo livre, e tendo consciência da importância da sua participação na comunidade humana, suas atitudes serão éticas quando contrapostas ao egoísmo. Uma postura egoísta toma as ações como meios para realização de interesses particulares, desconsiderando os outros seres humanos. Dessa perspectiva, os outros também são vistos como meios pelo agente egoísta e nunca como fins em si mesmos, ou seja, nunca são considerados como seres humanos passíveis de respeito.

A proposta de uma ética ressalta sempre a necessidade de respeito pela humanidade na concretização de uma vida digna que seja capaz de propiciar o pleno desenvolvimento das capacidades humanas. Dessa perspectiva, uma reflexão sobre ética tem como critério avaliar a disposição ou não em estabelecer vínculos, pois, como dizia Hegel (1997), filósofo alemão do século dezanove, a ética pressupõe a realização do conceito de consciência-de-si, que exige que uma consciência abandone uma postura isolada para “[...] entrar no dia espiritual da presença” (p. 126). Ora, uma consciência precisa apresentar-se ao convívio dos outros, inserindo-se definitivamente no mundo das relações concretas, num “[...] eu que é nós, nós que é eu” (p. 125). Isso pode ser expresso como o desejo essencialmente humano de tomar parte no mundo, de inserir a vida individual (eu), na vida coletiva (nós).

Entretanto, nenhuma teoria ética oferece garantias de que as pessoas pensarão nos seus semelhantes e conviverão em paz e harmonia. Não há garantias, pois uma ética, como já foi salientado, é basicamente uma questão de atitude. Dessa forma, pressupõe uma disposição de participar de uma vida melhor, com mais qualidade. Essa disposição em estabelecer vínculos e reali-

zar-se como ser humano é interna, ou seja, trata-se de uma adesão do indivíduo a uma forma de vida que possibilite sua plena realização.

A disposição em estabelecer vínculos não pode ser determinada por nenhuma prescrição, isto é, não pode ser materialmente constituída. Muito menos com a possibilidade de coerção expressa na forma de um código, por exemplo. Se assim fosse, então a essencial noção de autonomia viria abaixo, pois prescrições e possibilidade de coerção trazem à tona a noção de heteronomia, que surge pela condição de que as ações não sejam mais orientadas por uma autolegislação, mas orientadas pela legislação de outros através de prescrições. Portanto, a heteronomia que caracteriza um código é conflitante como a ética.

Obviamente, disso não se segue que se deva desacatar prescrições na forma de leis, por exemplo. Significa simplesmente que pode haver concordância entre prescrição e ética, mas essa relação não é necessária, pois nada garante que uma prescrição não possa ser injusta. Entretanto, se as prescrições forem elaboradas tendo em vista a ética, então o agente pode adotar essas prescrições externas como se tivessem sido elaboradas por si mesmo, tendo-se, então, um ambiente ético. Mas isso significa simplesmente a possibilidade de concordância entre duas esferas distintas: a esfera da ética e a esfera jurídica e não uma equivalência entre as duas esferas.

O filósofo alemão Immanuel Kant, já no século dezoito, percebeu a impossibilidade de uma ética materialmente determinada e, por isso, centrou seus estudos numa fundamentação consistente para a ética. Deste trabalho surgiu uma importante distinção entre ética e direito. Segundo Kant (2003), a ética está no âmbito em que uma consciência busca conformidade interna aos fins da ação. Assim, se refere a determinações internas autônomas, isto é auto-elaboradas e reconhecidas pelo agente racional como princípios da ação.

Por sua vez, o direito está no âmbito em que uma consciência busca conformidade externa às leis. Assim, se refere às ações que se refletem externamente no mundo e que estão condicionadas a uma legalidade preexistente

que, dessa forma, tenta adequá-las a si.

No direito, quando prescrições se referem a ações externas e a sua legitimidade, se chamam jurídicas. Com isso, temos uma conformidade da ação externa com uma legalidade expressa em prescrições, como é o caso de um código. Entretanto, se as determinações são autônomas, isto é, elaboradas pelo próprio agente para agir bem no mundo, então são éticas. Dessa perspectiva, não é possível um conjunto de prescrições éticas organizadas na forma de um código.

Em outras palavras: o conteúdo ético das ações não pode ser materialmente determinado através de um código. Da mesma forma, a possibilidade de coerção decorrente das penalidades prescritas dilui o sentido da ética, pois a possibilidade de coerção está relacionada a uma legislação jurídica e não a uma tomada de decisão referente a como agir da melhor maneira possível. A legislação jurídica admite um elemento que é incompatível com a autolegislação exigida por uma postura ética: a possibilidade de coerção externa.

A ética não é suscetível de uma legislação exterior aos indivíduos, porque uma adesão ética significa propor-se um fim e deliberar sobre os melhores meios para atingi-lo. Como parece óbvio, nenhuma legislação ou codificação de prescrições pode fazer com que alguém se proponha um fim, já que isso depende única e exclusivamente de uma decisão interna. Como diz Kant: “nenhuma legislação pode fazer com que nos proponhamos um fim (porque isso é um ato interno do espírito), embora possa ordenar e prescrever ações exteriores que conduzam a esse objeto, mas sem que o sujeito se ponha a ela como um fim” (KANT, 2003, p. 85). Não se defende aqui um subjetivismo ético e nem se concorda com esse tipo de concepção. O ponto que está sendo ressaltado apenas indica que uma postura ética é sempre verificada em termos de adesão pessoal que se expressa no sentido que quem adota uma postura ética coloca-se como ser humano e, dessa perspectiva, procura avaliar as conseqüências de suas ações frente aos outros seres humanos, num contexto compartilhado.

Uma postura ética está sempre relacionada ao uso da racionalidade, que é

o que possibilita a busca pela avaliação da ação mais adequada em determinada circunstância. É isso que permite elaborar juízos éticos: a possibilidade do agente em dar boas razões para os seus atos. Assim, a ética é passível de uma certa coercitividade. Porém, essa coercitividade revela-se no sentido em que vivemos em ambientes compartilhados e, dessa forma, sempre podemos estar sujeitos a sermos chamados a dar explicações sobre o resultado das nossas ações. Entretanto, isso não significa um conjunto de preceitos escritos para determinar a ação, mas, simplesmente, que nossas ações afetam outros seres humanos, produzem efeitos no mundo. Portanto, somos responsáveis por nossas ações e ações desabonadoras merecem censura e reprovação, caso não consigamos dar boas razões para tê-las efetuado.

No que diz respeito a um código de ética, ou seja, uma ética dada materialmente na forma de prescrições de conduta e possibilidade de coação, a argumentação exposta indica que não é capaz de constituir-se como tal pelo simples fato de que uma prescrição não pode comportar todas as circunstâncias que envolvem uma ação, uma decisão e uma escolha deliberada. Numa circunstância que envolva uma tomada de decisão e uma escolha deliberada, podemos depararmo-nos com um dilema ético. É principalmente em relação a dilemas éticos que um código parece incapaz de dar conta da realidade.

Um dilema ético é um conflito de razões, consideradas boas pelo agente e que podem ser dadas para justificar uma ação. Diante de boas razões, o agente escolhe como agir da forma que julga mais conveniente diante da situação apresentada. Ao escolher agir de uma certa maneira, num determinado momento e em dadas circunstâncias, abre mão das outras alternativas que estavam em seu poder.

Um bom exemplo de um dilema ético vem de Aristóteles (1982) em sua *Ética Nicomaquéia*. O filósofo apresenta o caso de um barco que transporta uma carga e, em seu trajeto, o capitão e sua tripulação são surpreendidos por uma tempestade. Aparentemente, a melhor escolha é jogar a carga ao mar para salvar o barco e a tripulação. O capitão é o responsável por essa decisão,

entretanto, não se pode dizer que ele quer jogar a carga, pois o fim estabelecido por ele era chegar ao seu destino com a carga, o navio e a tripulação, mas circunstâncias alheias ao seu querer colocaram em risco atingir esse fim. Diante de um fator imprevisto que coloca em risco a consecução do fim almejado, nosso capitão pode escolher o que julgou mais conveniente diante da circunstância apresentada, sendo livre para optar entre alternativas distintas numa circunstância que não escolheu.

Tomando emprestado o exemplo de Aristóteles, pode-se imaginar que essa carga seja constituída de alimentos e remédios que podem salvar a vida de uma população inteira. Bem, aqui já se tem outra circunstância que envolve ação, decisão e escolha deliberada. Entretanto, imagine-se também que os velhos lobos do mar tenham um código de ética que prescreva aos capitães de navios nunca atirar cargas ao mar, zelar pela vida de seus tripulantes, ser responsável pela embarcação que dirige e nunca recusar atender um pedido de socorro. Ora, o dilema apresentado não pode ser previsto por um código de ética. Além disso, é impossível satisfazer todos os critérios estabelecidos. E, por isso, tal noção é contraditória.

Diante disso, em relação ao Código de Ética Profissional do Bibliotecário, considera-se que seria mais adequada a formação de uma comissão de ética para avaliar atitudes não condizentes com a dignidade da profissão. Essa comissão poderia avaliar a perspectiva ética de ações passíveis de desaprovação ou censura e chamar o responsável por elas a dar boas razões para tê-las executado. Mas se for preferível a elaboração de um conjunto de prescrições previamente estabelecidas, então a denominação mais coerente para ele seria Código de Conduta Profissional e não Código de Ética.

4 Considerações finais

O texto procurou apresentar algumas conseqüências do impacto das novas tecnologias e de mudanças estruturais na sociedade sobre a forma como as pessoas vivem. Desse contexto, pretendeu-se avaliar as conseqüências éticas

das mudanças nas formas de vida como decorrência desse impacto, já que da reconfiguração social resultante surgiram discursos estabelecendo imperativos para ação.

Analisando esses imperativos, os quais foram identificados à exigência por rapidez e flexibilidade, inferiu-se que eles entram em conflito com a noção de ética como formação do caráter. Essa abordagem buscou propiciar uma reflexão sobre a ética, concluindo que a adoção incondicional dessa exigência acaba por impedir a formação integral do ser humano, já que esta pressupõe um mínimo de estabilidade para sua efetivação.

A reflexão foi estendida ao âmbito do trabalho, recaindo sobre a atuação dos profissionais da informação e, mais precisamente, do profissional bibliotecário. As práticas desse profissional em confronto com as necessidades surgidas da nova reconfiguração social indicam a importância de assumir novas responsabilidades. Entre esses indicativos, colocam-se as avaliações de meios de acesso e de novos métodos vinculados aos processos digitais, tendo em vista a qualidade da informação e da pesquisa. Com isso, enfatiza-se o requisito de assumir uma postura crítica tanto frente aos imperativos para ação que a nova reconfiguração social propõe quanto às novas necessidades surgidas pela disseminação das tecnologias de comunicação e informação.

Finalizando o trabalho, efetuou-se uma análise do Código de Ética Profissional do Bibliotecário, donde conclui-se que, em caso de atitudes não condizentes com a dignidade da profissão, seria mais adequado uma Comissão de Ética, constituída para avaliar ações que aparentemente não se enquadrem num Código de Conduta Profissional. Assim, um “Código de Ética” não parece adequado, pois, como foi ressaltado, uma codificação escrita está muito mais para uma legislação jurídica do que para o âmbito da ética. É à esfera jurídica que pertencem os conceitos de punição e infração. À ética pertencem os conceitos de aprovação ou censura, através dos quais as pessoas com as quais convivemos expressam suas reações à nossa conduta.

The ethical question in the performance of the librarian professional

ABSTRACT

The development and the dissemination of new technologies related to information has caused immense social transformations, giving rise to the environment called information society. From this context one can extract elements which makes possible an ethical reflection about the requirement of new mind models and, consequently, new practices. These elements are the imperatives of speed and flexibility that modify the way people live. The approach aims to indicate that the requirement for speed and flexibility compromise an ethics taken under the perspective of formation of the character, and identify that a major influence from the news social configurations from the analyzed imperatives falls upon sphere of the work. In this sphere one of the most affected areas is relates to the information, environment where the librarian professionals acts. In this way, one asks about some premise of the information society, in view of the know-how and reason to make of the librarian professional, evaluating under wich aspects his performance is based on ethics and what it means in an unstable context where the dissolution of the values and the flexibility of knowing are the fundamentals standards. The reflections converge to the confrontation between the definition of ethics as formation of the character and the Librarian's Code of the Professional Ethics, concluding that, in case of to analyzing attitudes incompatible with the profession's dignity, would be more appropriated a Commission of Ethic constituted to evaluate actions that apparently don't fit in a Code of Professional Conduct than a Code of Ethics with prescriptions to fix conduct norms.

KEYWORDS: Information society. Ethics. Librarian professional.

La cuestión ética en la actuación del profesional bibliotecario

RESUMEN

El desarrollo y la diseminación de nuevas tecnologías relacionadas a la información causaran inmensas transformaciones sociales, originando el ambiente denominado *sociedad de información*. De este contexto se extraen elementos que hacen posible una reflexión ética sobre la exigencia de nuevos modelos mentales y, consecuentemente, nuevas prácticas. Eses elementos son los imperativos de rapidez y flexibilidad que modifican la forma como las personas viven. El abordaje busca indicar que las exigencias por rapidez y flexibilidad comprometen una ética tomada bajo la perspectiva de consolidación

del carácter e identifica que una grande afluencia de nuevas configuraciones sociales y de los imperativos analizados recae bajo la esfera del trabajo. En esa esfera, una de las áreas más afectadas está relacionada con la información - ambiente de actuación de los profesionales bibliotecarios. De esta forma, se cuestionan algunos presupuestos de la sociedad de la información, llevando en cuenta el saber hacer y el porque de hacer del profesional bibliotecario, evaluando bajo que aspectos su actuación está basada éticamente y lo que significa una ética en un contexto de inestabilidad en que la disolución de valores y la flexibilidad del saber son los padrones fundamentales. Las reflexiones convergen para el confronto entre la definición de ética como formadora de carácter y el Código de Ética Profesional del Bibliotecario, concluyendo que, para el caso del análisis de actitudes no concordes con la dignidad de la profesión, sería más adecuado una Comisión de Ética constituida para evaluar procedimientos que aparentemente no se encuadren en el Código de Conducta Profesional o en un código de ética con prescripciones para fijar normas de conducta.

PALABRAS-CLAVE: Sociedad de información. Ética. Profesional bibliotecario.

Referências

ARISTÓTELES. **Obras**. Madrid: Aguillar, 1982.

BRASIL. Presidência da República. Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Ministério de Ciência e Tecnologia. **Sociedade de informação:** ciência e tecnologia para a construção da sociedade de informação no Brasil: bases para o Brasil na sociedade de informação. [Documento elaborado pela consultora Anna da Soledade Vieira por solicitação do IBICT.] São Paulo: Instituto UNIEMP, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A Era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1)

CAUQUELIN, Anne. **Aristóteles**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CUARTAS, Enriqueta; PESSOA, Maria Lucia; COSTA, Cosme da. **Ética Profissional do Bibliotecário: 15 anos depois**. [Em anexo: Código de Ética Profissional do Bibliotecário – resolução CFB n. 42 publicada do D. O. U. de 7/1/2002]. **Biblos:** Revista do Departamento de Biblioteconomia e História, Rio Grande, v. 15, p. 195-209, 2003.

CUNHA, Miriam Vieira da; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. O Mundo do Trabalho na Sociedade do Conhecimento e os Paradoxos das Profissões da Informação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. P. 39-54.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade de informação:** de como a

autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2001.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **O profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. P.53-70.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1997. V.1.

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. Bauru, SP: Edipro, 2003.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LÉVY, Pierre. A internet e a crise do sentido. In: PELLANDA, Nize Maria; PELLANDA, Eduardo Campos (Org.). **Ciberspaço: um hipertexto com Pierre Lévy**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

MATTELART, Armand. **História da sociedade de informação**. Tradução para a Língua Portuguesa de Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2002.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TUGENDHAT, Ernst. **Lições sobre ética**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Apresentação. In: _____(Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004a. P. 7-8.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Ética profissional na área de ciência da informação. In: _____(Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004b. P.55-69.

Michel Maya Aranalde

Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Graduando do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

E-mail: michel.aranalde@gmail.com